



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2015
------	------

TIPO DE CORREIÇÃO:

ORDINÁRIA

MODALIDADE:

SEMIPRESENCIAL

UNIDADE CORREICIONADA:

3ª VARA DE APARECIDA DE GOIÂNIA

PERÍODO CORREICIONADO:

07/11/2014 a 30/06/2015

CORREGEDOR:

DESEMBARGADOR PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO

EQUIPE CORRECIONAL

SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Marina Sabino Coutinho	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 – DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2013	2014**	2015***
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	-	295	924
2	Processos solucionados na fase de conhecimento	-	48	691
3	Produção	-	16%	75%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	-	25	464
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	-	236	449
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	-	269	724
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	26%	29%	45%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	-%	84%	40%
9	Execuções iniciadas	-	3	26
10	Execuções encerradas	-	0	0
11	Execuções finalizadas	-	0	1
12	Execuções pendentes de encerramento	-	3	28
13	Execuções pendentes de finalização	-	3	28
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	-	0	0
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	71%	69%	84%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	-%	100%	100%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	42%	41%	39%
18	Índice de conciliação da unidade	-%	58%	48%

* Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

** A Unidade foi instalada em 07/11/2014, razão pela qual os dados de 2014 referem-se a novembro e dezembro/2014.

*** Dados do exercício 2015 referem-se aos meses de janeiro a junho.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juízes que atuam na unidade**

Juiz Titular	Nara Borges Kaadi P. Moreira
Juiz Auxiliar	Marcelo Alves Gomes

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O Juiz (iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	x	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular		x		x	
Auxiliar fixo	x		x		

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
--	---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.	SIM	NÃO
		x
Forma de revezamento: Diário.		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	x	
Ordinário		x

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	73
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	50

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?		x

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	685
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	7
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	16

* Dados apurados em 05/08/2015

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	13
--	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar (se houver)	-	-
Juiz Substituto (se houver)	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	18	2
Sentença na fase executória	-	0
Embargos de declaração	-	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz
RTOrd 0010379-94.2015.5.18.0083	15/07/15 12:44	21	NARA BORGES KAADI P. MOREIRA
RTSum 0010853-65.2015.5.18.0083	21/07/15 13:06	15	NARA BORGES KAADI P. MOREIRA
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			2

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	-	48
Ordinário	-	72

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo	-	6
Ordinário	-	9

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correccionado
	-	-

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correccionado
	-	2

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correccionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	-	2
Atualização de cálculos	-	-
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-	10

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correccionado
Sumaríssimo	-	49
Ordinário	-	63

* A unidade foi instalada em 07/11/2014 e recebe a sua primeira visita correcional.

* Até presente data não houve a interposição de embargos a execução na Unidade correccionada.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Alan Garcia Souza	Diretor de Secretaria (CJ-03)	Efetivo
Anizia de Souza Neri	-	Efetiva
Cejana Cheim Pires	Secretária de Audiências (FC-04)	Efetiva
Cláudia Santos Ferreira Pinto	-	Efetiva
Fabiana Ayres Guerreiro	Assistente de Juiz (FC-05) – Substituta	Efetiva
Laís Elaine Marculino Alves	Assistente de Juiz (FC-05) – Licença Maternidade	Efetiva
Marlúcio Alves Faquim	Assistente de Diretor de Secretaria (FC-05)	Cedido Municipal
Nelzito Arruda Oliveira Júnior	Assistente (FC-02)	Cedido Municipal
Priscila de Alvarenga Marques	Secretária de Audiências (FC-04)	Cedida Municipal
Renata Saldanha Pontes	Assistente de Juiz (FC-05)	Efetiva
Diego Ribeiro da Silva	-	Menor-Aprendiz
Pedro Vinicius Martins Cavalcante	-	Estagiário
Thiago José de Souza	-	Estagiário

* A Unidade não possui claro de lotação.

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	13
Notebooks	2
Impressoras	1
Multifuncionais	2
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	1

4.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	x
Consumo racional de energia elétrica	x
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	x
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	-
Aproveitamento de papel usado como rascunho	x
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	x
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	-
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	-

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento dos andamentos estatísticos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, execução iniciada, execução encerrada, liquidação iniciada, liquidação encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidades e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A unidade procede à retificação dos movimentos/andamentos lançados no sistema informatizado, conforme constatado nas correções permanentes, nos termos do Ofício Circular SCR nº 11/2013?	X		
3	A unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos relativos aos prazos afetos aos magistrados, tais como encerramento de instrução, férias de magistrados, lançamento de solução, dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	X		
4	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do PGC?	X		
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos art. 163 do PGC?	X		Exceto valores decorrentes de custas recursais.
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
7	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do PGC)?	X		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?		x	
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		x	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?		x	
12	A Unidade possui Juiz Auxiliar? Em caso afirmativo, informar com qual periodicidade há o revezamento entre o Juiz Titular e o Juiz Auxiliar na realização das audiências (diário, semanal ou mensal?).	x		Diário.
13	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução?	-	-	As audiências iniciais/unas estão sendo marcadas para setembro de 2015 em ambos os ritos. As audiências de instrução no rito ordinário estão sendo marcadas para outubro/2015.
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	x		
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	x		
16	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	x		
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?			

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
18	A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	x		
19	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 174 do mesmo diploma normativo?	x		
20	A unidade obedece o disposto no art. 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	x		
21	A Secretaria da Vara expede ofícios à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 3º do PGC ?	x		Entretanto a Unidade não cumpre o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 177.
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)		x	
23	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e enviar à equipe correicional)	-	-	
24	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ nºs 30/2012 e 32/2012?	x		
25	No caso da unidade proceder à distribuição de mandados judiciais, é utilizado o Sistema de Mandados Judiciais Eletrônicos para a distribuição dos mandados, conforme Ofício Circular SCJ nº 40/2013?	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
26	A unidade alimenta o sistema de registro de bens penhorados, conforme Ofício Circular SCJ nº 401/2013?	-	-	
27	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do PGC?	x		
28	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 195 do PGC?	-	-	
29	O Juízo determina a prévia citação do sócio, em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, antes de praticar qualquer medida constritiva de bens, com a consequente alteração dos dados cadastrais nos sistemas informatizados, conforme disposto no artigo 160 do PGC?	-	-	
30	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC, expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, desconsideração da personalidade jurídica e expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho?	x		
31	A Secretaria da Vara obedece ao prazo de 20 (vinte) dias entre a publicação do edital e a realização da praça/leilão, conforme previsto no artigo 888 da CLT ?	x		
32	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	x		
33	Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), aplicando a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).	x		
34	Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
35	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	x		
36	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do artigo 161 do PGC e do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	x		
37	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	x		
38	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo de 30 dias para publicidade e de 05 dias para o executado pagar ou garantir a dívida, conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	x		
39	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	x		
40	A unidade julgou mais processos que os distribuídos, no ano de 2015? (Meta 1 do CNJ)		x	
41	A unidade e julgou, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no primeiro grau? Em caso negativo, há quantos processos pendentes de solução? Quais? (Meta 2 do CNJ)	-	-	A Unidade foi instalada no dia 07/11/2014.
42	A unidade baixou, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente? (Meta 5 do CNJ)		x	
43	A unidade julgou as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012? Em caso negativo, há quantos processos pendentes de solução? Quais?(Meta 6 do CNJ)	-	-	A Unidade foi instalada no dia 07/11/2014.
44	A unidade aumentou em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014? (Meta específica pra Justiça do Trabalho)	-	x	
45	A unidade possui servidores atuando em regime de tele-trabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor e o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta condição.		x	

6 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**6.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	x		
RENAJUD	x		
DETRAN	x		
INFOJUD	x		
INFOSEG	x		
INCRA	x		
JUCEG			
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	x		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	x		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	x		

6.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	x	
Sistema SAJ18	x	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18		
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	x	
Sistema de Cálculos		
Sistema de Guias	x	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	x	

7 – CONSTATAÇÕES DECORRENTES DA INSPEÇÃO PROCESSUAL

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o CHECK LIST elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, não certificando a existência de pendências nem indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos:RTSum-0010931-59.2015.5.18.0083, RTSum-0010005-78.2015.5.18.0083, RTSum-0010572-12.2015.5.18.0083, RTOrd-0010657-95.2015.5.18.0083 e RTOrd-0010002-26.2015.5.18.0083).
2	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho DESCUMPRE o disposto no artigo 81 do PGC (processos: RTSum-0010630-15.2015.5.18.0083, RTSum-0010218-21.2014.5.18.0083 e RTSum-0010356-51.2015.5.18.0083).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC: (processos: RTSum-0010630-15.2015.5.18.0083, RTSum-0010218-21.2014.5.18.0083, RTSum-0010356-51.2015.5.18.0083)
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO fez menção as providências exigidas pelo artigo 177 do PGC nas sentenças (processos: RTSum-0010630-15.2015.5.18.0083, RTSum-0010218-21.2014.5.18.0083 e RTSum-0010356-51.2015.5.18.0083).
5	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se a utilização de conta JUDICIAL para pagamento dos acordos homologados, CUMPRINDO o disposto na Recomendação TRT18ª nº 1/2014 (processos:RTSum 10.395/2015-48, RTSum 10.506/2015-32 e RTSum 10.885/2015-70).
6	Constatou-se, em 05/08/2015, através da ferramenta Birô, replica no sistema SAJ os principais andamentos dos processos em trâmite no Pje-JT.
7	A unidade foi instalada em 07/11/2014 e, segundo informações extraídas do sistema estatístico e-Gestão, até 30/06/2015, não haviam processos com execuções suspensas até esta data.
8	Nos processos a seguir relacionados, de execução fiscal, constatou-se que em publicações expedidas pela Vara do Trabalho constam os números das CDAs respectivas, cumprindo o disposto no artigo 185 do PGC (processo: ExFis-0010136-87.2014.5.18.0083, ExFis-0010137-72.2014.5.18.0083, ExFis-0010137-72.2014.5.18.0083, ExFis-0010159-96.2015.5.18.0083, ExFis-0010159-96.2015.5.18.0083).
9	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução fiscal, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INGOSEG e SERPRO, independentemente do requerimento da parte, além outros meios para tentativa de constrição dos bens do devedor. (Processos: ExFis-0010136-87.2014.5.18.0083, ExFis-0010137-72.2014.5.18.0083, ExFis-0010137-72.2014.5.18.0083, ExFis-0010159-96.2015.5.18.0083, ExFis-0010159-96.2015.5.18.0083)

Item	Constatações
10	A unidade foi instalada em 07/11/2014 e, segundo informações extraídas do sistema estatístico e-Gestão, até 30/06/2015, não haviam processos com execuções previdenciária iniciada.
11	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJe-JT os movimentos que indicam o início e o fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC e o artigo 1º do Provimento TRT 18ª SCR nº 3/2013 (processos: RTOOrd-0010042-08.2015.5.18.0083, RTOOrd-0010055-41.2014.5.18.0083, RTSum-0010022-51.2014.5.18.0083, RTSum-0010100-45.2014.5.18.0083, RTSum-0010218-21.2014.5.18.0083).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho DESCUMPRE o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que não consta das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTOOrd-0010055-41.2014.5.18.0083, RTSum-0010022-51.2014.5.18.0083, RTSum-0010100-45.2014.5.18.0083, RTSum-0010218-21.2014.5.18.0083).
13	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho não faz termo de remessa, não certificando os feriados, o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, DESCUMPRINDO o disposto no art. 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010312-66.2014.5.18.0083, RTOOrd-0010313-51.2014.5.18.0083, RTOOrd-0010314-36.2014.5.18.0083; RTOOrd-0010307-44.2014.5.18.0083).
14	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança no sistema PJe-JT o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010312-66.2014.5.18.0083, RTOOrd-0010313-51.2014.5.18.0083, RTOOrd-0010314-36.2014.5.18.0083, RTOOrd-0010307-44.2014.5.18.0083).
15	O Juiz analisa, de forma explícita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010312-66.2014.5.18.0083, RTOOrd-0010313-51.2014.5.18.0083, RTOOrd-0010314-36.2014.5.18.0083, RTOOrd-0010307-44.2014.5.18.0083).
16	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança corretamente no sistema informatizado PJe-JT o movimento de recebimento do recurso, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010312-66.2014.5.18.0083, RTOOrd-0010313-51.2014.5.18.0083, RTOOrd-0010314-36.2014.5.18.0083, RTOOrd-0010307-44.2014.5.18.0083).
17	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 1º/12/2014 e 15/06/2015, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início de audiências é de 16 minutos e (2º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências, 11 (onze) processos.
18	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 1º/12/2014 e 15/06/2015, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira.